

jornal da tar

Publicado pela S.A. O Estado de S. Paulo
Av. Engenheiro Coeteno Álvares, 55, tel.: 856-2122 (PAB)



JORNAL DA TARDE

- 3 JUN 1988

JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCIS
(1927 - 1969)

Free again, como diria Barbra Streisand.

O ex-porta-voz do Palácio do Planalto e atualmente governador de Fernando de Noronha, antecipando-se ao previsível resultado da votação do mandato presidencial pela Assembléia Nacional Constituinte, anunciou, na quarta-feira à noite, que, "agora, o governo do presidente Sarney irá começar". Aliás, como já foi dito antes pelo menos uma dezena de vezes; só que nos lembramos, por ocasião da primeira reforma ministerial no princípio de 1986, do Cruzado, do Cruzadinho, do Plano Bresser, da nomeação do ministro Mailson da Nóbrega e, mais recentemente, da votação do mandato dos futuros presidentes, na festejada superterça-feira 22 de março.

Vamos esquecer esses outros "começos" e endossar as declarações do ex-porta-voz, embora, para nós, como para toda a Nação, o governo Sarney tenha sido realmente inaugurado no dia da posse definitiva do sr. Mailson da Nóbrega no Ministério da Fazenda. Isso apesar dos evidentes constrangimentos que o ministro vinha — e, em parte, ainda vem — enfrentando para poder aplicar, sem concessões e sem desvios, o programa que imaginou para libertar a economia do País do peso esmagador do Estado. O que, naturalmente, impedia uma ação mais drástica na área econômica para limpar a herança peemedebista.

O que muda, a partir da aprovação definitiva dos cinco anos, é que esses constrangimentos — muitos gerados pela própria luta do presidente pelo mandato de cinco anos — já não têm mais nenhuma razão de ser. O sr. José Sarney não tem mais nenhum tipo de desculpa para não aplicar, de forma decidida, a política traçada pelos seus ministros econômicos.

A vitória que ele conseguiu na Constituinte foi bastante ampla e mostra que o governo administra uma tranqüila base de sustentação parlamentar, além e acima dos partidos. Não há uma oposição organizada, as forças políticas estão pulverizadas. A residência da República, como ocorre no País desde 1930 e só ele não havia percebido, paira soberana no cenário nacional. Com algum tipo de organização e alguma força, além do governo federal só há no momento os governadores. Mas eles estão meio desmoralizados, pela péssima administração que a maioria vem realizando até aqui e não têm muito mais como atrapalhar, a não ser pelos insistentes pedidos de verbas, agora facilmente descartáveis.

Não existe, portanto, nenhum obstáculo mais para que o presidente Sarney possa transformar em realidade as afirmações que fez no último Conversa ao pé do rádio, para concluir que "estamos chegando ao fim da mais longa e mais difícil crise que tivemos em nossa história". Que tudo aquilo seja uma plataforma de governo que a partir deste momento ele está absolutamente livre para cumprir. Começando por se desembaraçar dos últimos entulhos do peemedebismo em seu governo, como o ministro Renato Archer e outros, responsáveis pelo boicote sistemático às políticas governamentais.

Só essa limpeza porém não basta. O presidente precisa abraçar, com determinação, as propostas de contenção do déficit público contidas nos planos apresentados pelos ministros Mailson da Nóbrega e João Batista de Abreu, sem admitir qualquer tipo de concessão à baixa política e ao paternalismo. Sabemos que reduzir o déficit público dos projetados 7,4% do PIB este ano para 4% do produto é um imperativo de sobrevivência do Estado brasileiro, mas está longe, muito longe mesmo, de significar a redução absolutamente necessária do peso desse Estado na economia brasileira.

Como alertam alguns economistas e mostra muito bem o ex-diretor do Banco Central, José Júlio Sena, em um artigo publicado pela revista Exame, "nosso déficit real é pelo menos cinco vezes maior do que se diz". Isso porque o Brasil trabalha com um conceito de déficit operacional, onde não estão incluídas as despesas financeiras com as correções monetária e cambial das dívidas interna e externa.

sendo impossível assegurar a rolagem automática da dívida global, o conceito de déficit operacional parece-nos inadequado — observa Sena. (...) para efeito de comparações internacionais, convém lembrar que os 3 ou 4% observados em vários países desenvolvidos (relação déficit/PIB) correspondem a 31,7% no Brasil em 1987. (Em 1985 e 1986 os números correspondentes foram, respectivamente, 27,5% e 10,9%.) É difícil encontrar níveis tão altos em outras partes do mundo."

É absolutamente necessário e inadiável conter esse déficit em níveis decentes e civilizados — e não apenas nos 4% — para se conseguir uma redução substancial do ritmo inflacionário e uma aceleração da economia nacional compatível com as prementes e cada vez mais dramáticas necessidades sociais do País. Não se iluda o presidente Sarney com a estabilização da inflação em maio (mesmo porque índices de 17,18% ao mês são "indecentes", como diz seu ministro da Fazenda) e com a ligeira queda no nível de desemprego em São Paulo como a detectada pelo insuspeito Dieese para o mês de abril. Um outro termômetro importante — o do comportamento do comércio — aponta em outra direção, com uma queda nas vendas de 9,05% de janeiro a abril deste ano em relação ao mesmo período do ano passado.

A verdade é que estamos diante de um processo de recessão latente, só contido pelo extraordinário desempenho das exportações e porque as indústrias, aproveitando os juros reais baixos, estão produzindo para recompor seus estoques. Contudo, é um quadro totalmente instável, que pode ser rompido a qualquer momento.

Durante a maior parte de seus quase três anos e meio de governo o presidente Sarney tentou corrigir as enormes distorções da economia brasileira com o receituário do PMDB, ampliando os poderes do Estado e desprezando os investimentos estrangeiros. Conseguiu apenas tornar a situação bem mais dramática do que era no final do governo Figueiredo, por mais absurdo que isso possa parecer. Podemos até entender — embora nada justifique tal submissão — que Sarney se tenha mantido tanto tempo assim atrelado aos (pre)conceitos econômicos peemedebistas, mesmo com as experiências do fracasso do Cruzado, do Cruzadinho, da moratória e do Plano Bresser. O PMDB era uma força política e havia a guilhotina do mandato.

Agora, porém, ele está livre de todas as amarras. (Free again como diria a Barbra Streisand.) Disse-mos todas. E não tem mais por que não dar força total ao bom senso e ao pragmatismo de seus atuais ministros econômicos, até em respeito à boa doutrina econômica. Para o presidente Sarney chegou o momento de reescrever a história do seu governo.

ANC 88
Pasta 01 a 05
Junho/88
084